

CAPÍTULO I - NOTAS EXPLICATIVAS

1 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O Balanço Geral da União - BGU constitui-se na prestação de contas das ações governamentais, desenvolvidas a cada exercício financeiro pelos diversos órgãos e entidades da Administração Pública, representando os Poderes da República e objetiva cumprir o inciso XXIV do art. 84 da Constituição Federal. Está estruturado em:

- Volume I: RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO PODER EXECUTIVO FEDERAL
- Volume II: BALANÇOS E DEMONSTRATIVOS DA EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
- Volume III: BALANÇOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA
- Volume IV: DEMONSTRATIVOS DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS

Os resultados gerais do exercício financeiro estão demonstrados nos Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e na Demonstração das Variações Patrimoniais, exigidos pela lei nº 4.320/64, e, também, da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

As Demonstrações Contábeis que compõem o BGU foram elaboradas de acordo com as disposições da Lei nº 4.320, de 17/03/1964; e da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, no caso das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, cujas explicações constam do presente relatório. Outras demonstrações contábeis julgadas relevantes foram inseridas nos Volumes II e III, a fim de proporcionar maior transparência das atividades do Setor Público Federal e atender maior número de usuários das informações governamentais.

Tais demonstrações refletem a utilização dos recursos consignados nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, a favor dos Ministérios ou Órgãos equivalentes e das Entidades da Administração Indireta, representadas pelas Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, incluindo os recursos com destinações específicas, denominados de Fundos Especiais.

As Demonstrações Contábeis da Administração Indireta são identificadas pela denominação própria de cada entidade. As Empresas de Economia Mista, que não compõem a Lei do Orçamento, são registradas como participação societária em cada Ministério ou Órgão equivalente de sua vinculação. Também fazem parte do Volume III, os Fundos Especiais, geridos por Entidades da Administração Indireta.

A seguir, enumera-se os critérios que nortearam a elaboração das Demonstrações Contábeis:

- a) as demonstrações por órgão são apresentadas individualmente, incluindo os valores com destinações específicas e aqueles recebidos por transferências;
- b) as demonstrações consolidadas, por Órgão, contém todos os valores por ele executados, tanto os oriundos de sua dotação própria, quanto as recebidas por transferências ;
- c) as demonstrações das Empresas Públicas estão inseridas no Volume III, independentemente de constarem da Lei do Orçamento da União;
- d) as demonstrações das Sociedades de Economia Mista, contempladas na Lei do Orçamento, compõem o Volume III; e
- e) a participação societária da União nas Empresas de Economia Mista, não contempladas na Lei do Orçamento, estão inseridas no Volume II - (págs.43/76).

Para efeito de interpretação das Demonstrações Contábeis, considera-se Gestão a parcela do patrimônio gerida dentro do universo público, sujeita à tomada ou prestação de contas, nos termos do Princípio Contábil da Entidade estabelecido na Resolução n.º 750, de 29/12/93, do Conselho Federal de Contabilidade.

A Gestão “Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social” é a parcela do patrimônio público gerida pela Administração Direta (representada pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário) e pela Administração Indireta (Autarquias, Fundos, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista), todos integrantes da Lei n.º 10.640, de 14/01/2003.

2 - DIRETRIZES CONTÁBEIS

Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social são utilizados o regime de caixa para a execução das receitas e o de competência para as despesas, em conformidade com o art. 35 da Lei n.º 4.320/64, de forma integrada com os princípios contábeis estabelecidos pela Resolução nº 750, de 20/08/1993, do Conselho Federal de Contabilidade.

No Volume III o Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial Consolidados incluem os Balanços das Administrações Direta e Indireta, constantes ou não dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, exceto os das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que se encontram em separado.

3 - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO ATIVO

Os direitos referentes a Créditos em Circulação foram avaliados pelo valor de realização. Entretanto, não foram utilizados os critérios de exclusão de valores prescritos e da provisão para perdas prováveis, para os órgãos da administração direta.

Os Bens e Valores em Circulação e os Valores Realizáveis a Longo Prazo, à exceção da Dívida Ativa da União, foram avaliados pelo valor de realização. Na execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foram utilizados, parcialmente, os critérios de provisão para perdas prováveis, depreciação, exaustão e amortização somente nas Demonstrações das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

A Dívida Ativa da União, foi avaliada pelo valor de recebimento, corrigido pelo índice UFIR referente ao último trimestre de 2001, com base em relatório fornecido pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, estando registrados no SIAFI por Unidade da Federação. Os valores contabilizados são registrados pelo valor corrente, para a inscrição, cancelamento, recebimento e os ajustes correspondentes e seus saldos estão computados até novembro de 2003 por não terem sido integrados nos prazos de encerramento do exercício. Comentários relativos à Dívida Ativa, instruídos por quadro demonstrativo e gráfico, estão presentes no item 7 deste relatório. Os registros contábeis, no SIAFI, guardam fidedignidade quanto às informações constantes do Relatório da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional até o mês de novembro, embora se constate critérios diferenciados quanto ao somatório das colunas em relação ao saldo consolidado e registrado no sistema.

A Dívida Ativa da União com base em Relatório da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional para o exercício compõem:

- O Item Crédito da União, Estados e Municípios, Ativo Não Financeiro, do Balanço Patrimonial da União, sendo que, o Ativo fica acrescido em R\$ 6.954 milhões com contrapartida no Patrimônio Líquido.

- Em face dessa dívida fazer parte do Sistema Patrimonial de contas, o valor das Variações Ativas em dezembro de 2003 sofreu um acréscimo de R\$ 6.954 milhões, alterando o Resultado Patrimonial do Exercício para R\$ 65.972 milhões.

Os Investimentos, à exceção das participações societárias, foram avaliados pelo custo de aquisição com a valorização em 31/12/2003. Na Gestão Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foi utilizado, parcialmente, o critério de provisão para perdas prováveis, sendo que as participações societárias foram avaliadas pela equivalência patrimonial dos respectivos investimentos.

Os valores das duplicidades que ocorrem em razão da consolidação de empresas públicas e sociedades de economia mista que integram a gestão “10000 - Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social” estão

sendo excluídas no momento da consolidação dos balanços, com exceção dos valores referentes às empresas que receberam adiantamentos para aumento de capital e que se encontram em fase de análise junto às Setoriais Contábeis dos Ministérios. Esta exclusão foi objeto de análise conforme Nota nº 9/2003/GECON/COREF-STN, de 06/01/2004, em resposta ao Acórdão nº 1800/2003/TCU. Para evidenciar adequadamente as exclusões, demonstra-se a seguir os valores:

• Sem exclusões.....	R\$	106.881 milhões
• Exclusões.....	R\$	2.699 milhões
• Líquido apresentado no Balanço Patrimonial	R\$	104.182 milhões

As participações nas empresas controladas pela União, ou seja, em empresas públicas e sociedades de economia mista que apresentaram registro de responsabilidade pela equivalência patrimonial negativa estão contabilizadas como Provisão em conta do passivo, para reconhecimento de perdas, conforme Nota anteriormente citada.

Os Recebimentos dos Haveres Financeiros do exercício de 2003, conforme divulgado no Relatório Econômico – Parte C deste Volume I do Balanço Geral da União, importaram em um valor total de R\$ 21.487 milhões. Neste valor não foi contemplado a importância de R\$ 578 milhões, relativa a recursos recebidos pelo Banco do Brasil ao final de 2002, na modalidade de depósito identificado, transferida ao Tesouro Nacional e contabilizada no início de 2003.

Para os Imóveis da União, a avaliação obedeceu aos seguintes critérios:

- a) a reavaliação procedida pela Secretaria do Patrimônio da União - SPU utilizou como base de cálculo a variação do índice INPC até dez/ 2003, para os imóveis registrados na Gestão Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, que não foram reavaliados pelas Unidades Gestoras pertinentes;
- b) a reavaliação dos imóveis efetuada pelo sistema obedeceu aos seguintes parâmetros:
 - b.1) $V_{tt} = A_{tt} \times V_g / m^2 \times F_i$ onde, o valor do imóvel é igual a área total do terreno multiplicado pelo valor unitário por metro quadrado do terreno vezes a fração ideal do imóvel.
 - b.2) $V_b = \text{Somatório } V_{bu}$, onde V_b é igual ao valor da benfeitoria do imóvel e V_{bu} é o valor da benfeitoria da utilização.
 - b.2.1) $V_i = \text{Somatório } V_u$, onde V_i é igual ao valor do imóvel e V_u é igual ao valor da utilização.
 - b.2.2) $V_{tu} = V_{tt} \times F_{iu}$, onde V_{tu} é o valor do terreno de utilização; V_{tt} é o valor total do terreno e F_{iu} é a fração ideal da utilização.
 - b.2.3) $V_{bu} = A_{bu} \times CUB \times K_p \times K_{cf} \times F_d$, onde V_{bu} é o valor da benfeitoria utilizada; A_{bu} é a área da benfeitoria utilizada, CUB é o valor do Custo Unitário Básico da benfeitoria utilizada e K_p é o coeficiente do valor pleno (o usuário deve informar as características da benfeitoria utilizada, de acordo com a tabela); K_{cf} é o coeficiente da coisa feita (o usuário deve informar a Idade Aparente e o Tipo de Estrutura da benfeitoria utilizada, de acordo com a tabela); F_d é o fator de depreciação (o usuário deve informar a Idade aparente e o Tipo de estrutura da benfeitoria utilizada, de acordo com a tabela); F_d é o Fator de depreciação (o usuário deve informar o Estado de Conservação da benfeitoria utilizada, de acordo com a tabela)
 - b.2.3.1) $V_u = (V_{tu} + V_{bu}) \times F_k$ onde, V_u é o Valor da utilização; V_{tu} é o Valor do terreno de utilização; V_{bu} é o valor da benfeitoria da utilização e F_k é o Fator de comercialização (pode ser utilizado para correção de discrepâncias entre o custo de construção e o valor de comercialização da mesma – Defaud=1,00).

4 - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO PASSIVO

Os Depósitos e as Obrigações em Circulação foram avaliados pelo valor devido em 31/12/2003.

As dívidas interna e externas constantes dos exigíveis a curto e longo prazo foram avaliadas observando os seguintes critérios:

A Dívida Pública Mobiliária Federal Interna – DPMFi foi avaliada, pelo valor a pagar em 31/12/2003, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o mês anterior, utilizando os critérios de “valor presente” para os títulos emitidos em oferta pública (90,2% do total) e de “valor de face” para as emissões realizadas sem incidência de ágio e deságio.

5 - CONVERSÃO DA MOEDA

As Demonstrações Contábeis dos Órgãos com Unidades no Exterior foram convertidas para o real, com base no valor médio das remessas financeiras efetuadas até o último dia do mês de dezembro do exercício.

Os valores orçamentários são aprovados em real e executados em real e dólar americano. Esta dualidade de moeda provoca variações monetárias, em função de que a movimentação orçamentária e a financeira ocorrem em momentos distintos, com diferentes taxas de conversão.

6 - DISPOSIÇÃO DA RECEITA

Os registros de classificação da receita são efetuados de forma abrangente, contendo arrecadação, restituições, retificações e incentivos fiscais, apropriados decendialmente com base no Sistema de Arrecadação da Secretaria da Receita Federal - SRF.

As eventuais diferenças entre as informações da SRF e os registros de classificação decorrem de registros de receitas não recolhidas por meio do Documento de Arrecadação de Receitas Federais – DARF e, portanto, fora do âmbito da administração da Receita Federal, que são as receitas diretamente arrecadadas e as Operações de Créditos, em bens e moeda.

Nas Demonstrações da Receita por Unidade da Federação e por Região, referentes à Gestão Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, foi utilizado o critério de identificação da arrecadação da receita local, com base nas informações encaminhadas pelos bancos arrecadadores. Na colocação de Títulos Públicos Federais e Remuneração de Depósitos do Governo Federal foi utilizada a praça de Brasília.

7 - AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

No exercício de 2003, as operações relativas aos fatos que afetaram resultados de exercícios anteriores foram transferidas para o Patrimônio ou para o Resultado Acumulado, por ocasião do encerramento do exercício.

8 - RESTOS A PAGAR

Os Restos a Pagar Não Processados foram inscritos com base nos saldos credores dos empenhos não liquidados relativos ao exercício de 2003, registrados como despesas nos termos dos arts. 36, da Lei n.º 4.320/64 e ainda atendendo os preceitos do artigo 42 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, bem como o Decreto de nº 4.900, de 27/11/2003 e alterações promovidas pelo Decreto nº 4.936, de 23/12/2003 e pelo Decreto nº 4.949, de 07/01/2004.

Os Restos a Pagar Processados correspondem aos demais saldos credores das Obrigações, tais como Pessoal e Encargos Sociais, Fornecedores e outros e estão demonstrados no Balanço Financeiro dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

9 – RESULTADO PATRIMONIAL DA GESTÃO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

O saldo do Patrimônio Líquido de 2003 importou num saldo de R\$ 34.941 milhões positivos. Houve um aumento de 148% em relação ao ano de 2002 que apresentou um saldo negativo de R\$ 23.606 milhões. Este crescimento verificado se deve principalmente ao desempenho do Resultado Patrimonial do Exercício apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais no valor R\$ 59.018 milhões.

Este Resultado Patrimonial, observando a Demonstração das Variações Patrimoniais, é formado pelo superávit nas contas orçamentárias no valor de R\$ 80.002 milhões e um déficit nas contas extra-orçamentárias no valor de R\$ 20.984 milhões.

Na formação deste resultado contribuiu de forma expressiva o Instituto Nacional do Seguro Social com um superávit de R\$ 51.538 milhões decorrente em parte da inscrição da Dívida Ativa no valor de R\$ 31.243 milhões.

10 - MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA

Este título constante das Demonstrações da Execução da Despesa denota os seguintes fatos orçamentários:

- a) Descentralização Externa de Créditos Concedidos e Recebidos;
- b) Descentralização Interna de Créditos Concedidos e Recebidos;
- c) Outras Descentralizações de Créditos:
 - c.1) créditos recebidos e concedidos por fusão/cisão/extinção;
 - c.2) créditos por compensação/disponível; e
 - c.3) outras movimentações.

Os créditos concedidos e recebidos são movimentações orçamentárias entre os Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta que não alteram a estrutura originária do Orçamento. Tais movimentações conservam a integridade da célula orçamentária, permitindo somente o detalhamento pelo receptor dos créditos. As movimentações podem ser:

- a) internas, dentro do mesmo Órgão ou Entidade;
- b) externas, entre Órgãos e ou Entidades. O resultado líquido apresentado refere-se à variação cambial entre taxas de recursos financeiros diários e a taxa média aplicada por órgão/gestão, no encerramento do exercício, decorrente das movimentações em moedas diferentes.

11 - CÉLULAS NEGATIVAS

Basicamente, a existência de saldos negativos se dá em virtude de créditos orçamentários utilizados e oferecidos pelas setoriais orçamentárias para cancelamentos, utilizando as suplementações sem proceder aos devidos ajustes, notadamente nas alterações orçamentárias de fontes de recursos. Na totalidade das ocorrências há células positivas compensando-se com células negativas.

12. BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro quando consolidado em nível de Administração Indireta apresenta valor diferente daquele obtido quando são somadas os tipos de administração que a compõe. Os valores dos ingressos e dos dispêndios da Administração Indireta importou em R\$ 1.370.589 milhões enquanto a soma por tipo de administração (Autarquias, Fundações, Empresas Públicas, Sociedade de Economia Mista) os ingressos e dispêndios apresentaram R\$ 1.374.394 milhões. A diferença de R\$ 3.806 milhões está abaixo demonstrada através de tabelas de esclarecimentos.

TABELA I.1 - COMPOSIÇÃO DA DIFERENÇA APURADA NO TOTAL DOS INGRESSOS - 2003

	R\$ Milhões
TOTAL DOS INGRESSOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	1.370.589
SOMA DOS INGRESSOS POR TIPO DE ADMINISTRAÇÃO	1.374.394
DIFERENÇA APURADA NO TOTAL DOS INGRESSOS	(3.805)
COMPOSIÇÃO DA DIFERENÇA APURADA NO TOTAL DOS INGRESSOS	
Valor não consolidado de Ajustes do Patrimônio - Capital	3.805

Fonte: SIAFI/STN

TABELA I.2 - COMPOSIÇÃO DA DIFERENÇA APURADA NO TOTAL DOS DISPÊNDIOS - 2003

	R\$ Milhões
TOTAL DOS DISPÊNDIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	1.370.589
SOMA DOS DISPÊNDIOS POR TIPO DE ADMINISTRAÇÃO	1.374.394
DIFERENÇA APURADA NO TOTAL DOS DISPÊNDIOS	(3.805)
COMPOSIÇÃO DA DIFERENÇA APURADA NO TOTAL DOS DISPÊNDIOS	
Valor não consolidado de Ajustes do Patrimônio - Capital	3.805

Fonte: SIAFI/STN

TABELA I.3 - DEMONSTRATIVO DO CONSOLIDADO VERSUS TIPO DE ADMINISTRAÇÃO - DIFERENÇAS APURADAS NO EXERCÍCIO DE 2003

CONSOLIDADOS POR TIPO DE ADMINISTRAÇÃO	R\$ Milhões	
	INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS
	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO
	Ajuste Patr./Capital	Ajuste Patr./Capital
AUTARQUIAS	-	31.368
FUNDAÇÕES	-	160
EMPRESAS PÚBLICAS	3.805	-
SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA	-	52
FUNDOS	-	78
SOMATÓRIO DAS PARTES	3.805	31.658
CONSOLIDADO ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	0	27.853
DIFERENÇA APURADA	3.805	3.805

Fonte: SIAFI/STN

A diferença de R\$ 3.805 milhões é proveniente da compensação interna na rubrica Ajuste do Patrimônio/Capital.

O valor compensado, nos ingressos e nos dispêndios da Administração Indireta, na rubrica Ajustes do Patrimônio/Capital foi de R\$ 3.805 milhões, compensando, totalmente, o saldo dos ingressos no valor de R\$ 3.805 milhões e reduzindo o saldo dos dispêndios de R\$ 31.658 milhões para R\$ 27.853 milhões.

No Consolidado das Empresas Públicas, cujas informações e explicações estão expostas a seguir em nível de entidade, o valor dos ingressos e dispêndios importa em R\$ 274.331 milhões enquanto a soma das entidades que compõem o consolidado apresentou o valor de R\$ 277.271 milhões para os ingressos e dispêndio, respectivamente. A diferença de R\$ 2.940 milhões está abaixo demonstrada:

TABELA I.4 - COMPOSIÇÃO DA DIFERENÇA APURADA NO TOTAL DOS INGRESSOS - 2003

	R\$ Milhões
TOTAL DOS INGRESSOS NO CONSOLIDADO DAS EMPRESAS PÚBLICAS	274.331
SOMA DOS INGRESSOS DE CADA EMPRESA PÚBLICA	277.271
DIFERENÇA APURADA NO TOTAL DOS INGRESSOS	(2.940)
COMPOSIÇÃO DA DIFERENÇA APURADA NO TOTAL DOS INGRESSOS	
Valor não consolidado de Pessoal e Encargos a Pagar	7
Valor não consolidado de Ajustes do Patrimônio - Capital	2.933

Fonte: SIAFI/STN

TABELA I.5 - COMPOSIÇÃO DA DIFERENÇA APURADA NO TOTAL DOS DISPÊNDIOS - 2003

	R\$ Milhões
TOTAL DOS DISPÊNDIOS NO CONSOLIDADO DAS EMPRESAS PÚBLICAS	274.331
SOMA DOS DISPÊNDIOS DE CADA EMPRESA PÚBLICA	277.271
DIFERENÇA APURADA NO TOTAL DOS DISPÊNDIOS	(2.940)
COMPOSIÇÃO DA DIFERENÇA APURADA NO TOTAL DOS DISPÊNDIOS (I)	
Valor não consolidado de Pessoal e Encargos a Pagar	7
Valor não consolidado de Ajustes do Patrimônio - Capital	2.933

Fonte: SIAFI/STN

TABELA I.6 - DEMONSTRATIVO DO CONSOLIDADO DAS EMPRESAS PÚBLICAS VERSUS SOMA DAS ENTIDADES

DIFERENÇAS APURADAS NO EXERCÍCIO DE 2003

	R\$ Milhões			
EMPRESAS PÚBLICAS	INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS		DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	
	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO		OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	
	Pessoal e Encargos a Pagar	Ajustes do Patr./Cap.	Pessoal e Encargos a Pagar	Ajustes do Patr./Cap.
RADIOBRÁS	0	-	1	-
INFRAERO	32	5	12	-
IMBEL	21	95	23	-
EMGEPRON	1	-	1	6
EMBRAPA	13	-	3	-
CONAB	1	-	1	-
FINEP	1	-	1	-
FINEP-Cont./Conv.	-	-	-	-
SERPRO	0	-	2	-
CMB	3	-	1	-
PORTOBRÁS	-	-	-	-
CEF	485	163	61	-
HCPA	0	-	28	-
BNDES	279	-	11	2.905
DATAPREV	14	-	12	22
GEIPOT	1	-	1	-
ECT	58	5.049	51	-
CPRM	0	-	0	-
EMGEA	0	1.426	-	-
CODEBAR	-	-	-	-
CODEVASF	0	-	0	-
SOMATÓRIO DAS ENTIDADES	909	6.738	209	2.933
CONSOLIDADO DAS EMPRESAS PÚBLICAS	902	3.806	202	0
DIFERENÇA APURADA NO ITEM (I)	7	2.933	7	2.933

Fonte: SIAFI/STN

A diferença apontada é proveniente da compensação interna nas seguintes rubricas:

1) O valor compensado, nos ingressos e nos dispêndios, na rubrica Pessoal e Encargos a Pagar foi de R\$ 7 milhões, reduzindo os ingressos de R\$ 909 milhões para R\$ 902 milhões e os dispêndios de R\$ 209 milhões para R\$ 202 milhões. Esta diferença é decorrente das Empresas de Correios e Telégrafos terem integrado o balancete com o saldo devedor na conta Pessoal a Pagar neste mesmo valor.

2) O valor compensado, nos ingressos e nos dispêndios, na rubrica Ajustes do Patrimônio/Capital foi de R\$ 2.933 milhões, reduzindo os ingressos de R\$ 6.738 milhões para R\$ 3.806 milhões e compensando, totalmente, o saldo dos dispêndios no valor de R\$ 2.933 milhões.

Portanto, a soma algébrica das compensações nas rubricas: Pessoal e Encargos a Pagar e Ajustes do Patrimônio/Capital, ou seja, R\$ 7 milhões e R\$ 2.933 milhões, respectivamente, foi de R\$ 2.940 milhões.

13. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - DVP

A tabela a seguir visa demonstrar, por tipo de administração, a composição da DVP nos grupos: Variações Ativas, Variações Passivas e Resultado - Déficit/Superávit. Dois resultados, A e B, são obtidos nesta tabela: O Item A é resultado da soma de cada Variação Ativa/Passiva com o resultado apurado em cada tipo de administração, tomado individualmente; no Item B são extraídos os saldos contidos no Consolidado da DVP.

TABELA I.7 - DEMONSTRATIVO DO RESULTADO LÍQUIDO (SUPERÁVIT/DÉFICIT)

R\$ milhões			
Tipo de Administração	Variações Ativas	Variações Passivas	Resultado Superávit(+)/Déficit(-)
Autarquias	2.207.891	2.142.788	65.103
Fundos	141.551	127.461	14.090
Fundações	22.124	22.270	(146)
Empresa Pública	437.906	437.555	351
Sociedade de Economia Mista	4.362	4.861	(499)
Somatório	2.813.834	2.734.936	78.898
Superávit Apurado	-	78.898	-
A - Total das Partes	2.813.834	2.813.834	
Consolidado	2.813.834	2.734.936	78.898
Superávit do Consolidado	-	78.898	-
B - Dem. Var. Patr. Consolidado	2.813.834	2.813.834	

Fonte: SIAFI/STN

A Tabela I.8, por sua vez, demonstra a soma dos tipos de administração indireta da Demonstração de Variações Patrimoniais sem segregar o valor referente ao resultado obtido em cada tipo de administração.

TABELA I.8 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS INCLUÍDO O RESULTADO

R\$ milhões		
Autarquias	2.207.891	2.207.891
Fundos	141.551	141.551
Fundações	22.270	22.270
Empresa Pública	437.906	437.906
Sociedade de Economia Mista	4.861	4.861
D - Somatório	2.814.479	2.814.479

Fonte: SIAFI/STN

A Tabela seguinte faz um comparativo entre os resultados obtidos nas tabelas I.7 e I.8 demonstra, também, a diferença apurada entre os itens B e D.

TABELA I.9 - DEMONSTRATIVO DAS DIFERENÇAS (B - D)

		R\$ milhões
Total Var. Ativas/Passivas Líq. (B)	2.813.834	2.813.834
Total Var. Ativas/Passivas Bruto (D)	2.814.479	2.814.479
Diferença	(645)	(645)
Composição da Diferença		
Déficit das Fundações	(146)	
Déficit das Soc. de Economia Mista	(499)	(645)
Fonte: SIAFI/STN		

O valor a menor de R\$ 645 milhões é decorrente do valor superavitário apresentado pelo consolidado estar líquido dos déficits apurados nas Fundações e Sociedade de Economia Mista (Superávit Total Bruto/R\$ 79.543 milhões - Déficit Total Bruto/R\$ 645 milhões = Resultado Líquido/R\$ 78.898 milhões), como é demonstrado no Tabela I.7.

14. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

A previsão de receita constante dos relatórios refere-se à inicial ajustada pelos acréscimos e reduções correspondentes à dotação, excetuando-se a previsão estimada pelo Decreto nº 4.571, de 14/01/2003 e alterações. O valor da coluna da previsão atualizada da receita apresenta-se menor do que o da dotação atualizada da despesa em decorrência de abertura de créditos adicionais com a utilização de superávit financeiro, apurado no Balanço Patrimonial de 2002, proveniente de receitas orçamentárias previstas e efetivamente arrecadadas em exercícios anteriores a 2003.

Em decorrência do processo de criação de órgãos consolidadores da Administração Direta, no mês de dezembro/2003, algumas unidades gestoras que anteriormente compunham o órgão ministerial passaram a compor o órgão consolidador respectivo, resultando em desequilíbrio nos seus balanços orçamentários.

Desta forma os Consolidados da Administração Indireta e das Autarquias, Fundações e Fundos apresentam a rubrica Transferências de Recursos objetivando ajustar a Previsão da Receita e a Fixação da Despesa.

15. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL

O Saldo Final do Exercício de 2002 da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido apresenta um valor de R\$ 61 milhões a maior em relação ao Patrimônio Líquido de R\$ 22.183 milhões demonstrado no Balanço Patrimonial no ano de 2002. Esta diferença surge em função da transformação da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, de Sociedade de Economia Mista em Empresa Pública no ano de 2003, de acordo com a Lei 8.970, de 28/12/1994, e da composição do Saldo Final do Exercício 2002 que utiliza os saldos iniciais de 2003.

Este mesmo fato é constatado na DMPL das Sociedades de Economia Mista que apresenta no Saldo Final do Exercício de 2002 um valor, a menor, de R\$ 61 milhões em relação ao Patrimônio Líquido de R\$ 2.259 milhões demonstrado no Balanço Patrimonial no ano de 2002 do mesmo tipo de administração.

16 - OUTRAS EXPLICAÇÕES

As demonstrações contábeis refletem toda a execução orçamentária e extra-orçamentária dos Órgãos e Entidades constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Nas Demonstrações de Contas - Operações de Crédito Internas e Externas - foram considerados os valores registrados em Operações de Crédito a Curto e Longo Prazos.

Estão computados com valores relativos ao mês de novembro de 2003 os saldos contábeis, por não observarem os prazos estabelecidos na Norma de Encerramento, das seguintes entidades:

- Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social – FADS;

- Caixa Econômica Federal – CEF;
- Empresa Gestora de Ativos – EMGEA.

No Volume III, os consolidados por Órgão consideram as entidades administradas por ele, mantendo a integridade da informação de cada gestão executada, no órgão administrador.

No Volume II, o valor da arrecadação da Receita por Fonte de Destino constante de demonstrativo próprio apresenta valor a menor em R\$ 772.259,03 com relação à Receita Líquida arrecada. Esta diferença decorre de registro em duplicidade de Compensação de receita que a partir do terceiro decêndio no novembro/2003 passou a vir desmembrada da Restituição nos arquivos eletrônicos encaminhados pela Secretaria da Receita Federal, diariamente. Este fato foi explicitado na Nota Técnica conjunta nº 8 - CONFIN/CCONT/STN de 01/03/2004 encaminhada ao Tribunal de Contas da União.

Em razão de adequações no SIAFI, especificamente com relação às regras de balanços, o item Receita Bruta do Balanço Patrimonial que no ano de 2002 estava sendo apresentado no Passivo Não Financeiro em 2003, passou a compor o Passivo Financeiro nos anos de 2003 e 2002 no valor de R\$ 109.020,25 e R\$ 109.020,15, respectivamente.